



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU**

|                     |  |
|---------------------|--|
| <b>PROCESSO</b>     | <b>PCP 08/00189396</b>   |
| <b>UNIDADE</b>      | Município de <b>Ponte Alta do Norte</b>                                |
| <b>RESPONSÁVEL</b>  | Sr(a). Laertes Antonio Borella - Prefeito Municipal (Gestão 2005/2008) |
| <b>ASSUNTO</b>      | Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2007.              |
| <b>RELATÓRIO N°</b> | 2519/2008  |

## **INTRODUÇÃO**

O **Município de Ponte Alta do Norte** está sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial deste Tribunal de Contas, nos termos da Constituição Federal, art. 31; da Constituição Estadual, art. 113; da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15/12/2000, arts. 50 a 54; da Resolução nº TC 06/2001, 13/12/2001 (RITC), arts. 82 a 94; e da Resolução nº TC 16/94, de 21/12/1994, arts. 20 a 26.

Em atendimento às disposições dos arts. 20 a 26 da citada Resolução Nº TC 16/94 e art. 22 da Instrução Normativa TC N ° 02/2001, bem como, a Instrução Normativa nº 04/2004, art. 3º, I, a Prefeitura encaminhou, por meio documental, o Balanço Anual do exercício financeiro de 2007 - autuado como Balanço Consolidado do Município (Processo Nº **PCP 08/00189396**) e o Balanço da Prefeitura Municipal, referente a Prestação de Contas do Prefeito, protocolado sob o N.º 5581, de 6/3/2008, bem como bimestralmente, por meio eletrônico, as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária.

A análise das contas em questão procedeu-se através de exame de consistência dos documentos e informações acima mencionados, bem como, verificação dos aspectos constitucionais e legais que norteiam a Administração Pública Municipal, com abrangência e particularidades próprias da metodologia aplicada.

Considerando o resultado da análise do processo em causa, tem-se a evidenciar o que segue:

## **II - ANÁLISE**

### **A.1 - PLANEJAMENTO**

#### **A.1.1 - Tramitação das Leis Orçamentárias**

##### **A.1.1.1 - Plano Plurianual - PPA**

O Projeto do Plano Plurianual do Município, para os exercícios financeiros de 2006/2009, foi encaminhado para apreciação do Poder Legislativo em 27/7/2005. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o Projeto para sanção do Poder Executivo em 31/8/2005, resultando na Lei nº 629, de 31/8/2005, restando **CUMPRIDO** o disposto no art. 35, § 2º, inciso I, do ADCT.

##### **A.1.1.2 - Diretrizes Orçamentárias - LDO**

O Projeto das Diretrizes Orçamentárias do Município, para o exercício em exame, foi encaminhado para apreciação do Poder Legislativo em 15/9/2006. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o Projeto para sanção do Poder Executivo em 17/11/2006, resultando na Lei nº 679, de 16/10/2006, restando **NÃO CUMPRIDO** o disposto no art. 35, § 2º, inciso II, do ADCT.

##### **A.1.1.3 - Orçamento Anual (Fiscal e Seguridade Social) - LOA**

O Projeto do Orçamento Anual (Fiscal e Seguridade Social) do Município, para o exercício em exame, foi encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação em 30/10/2006. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o mesmo ao Poder Executivo para sanção em 6/12/2006, resultando na Lei nº 690, de 13/12/2006, restando **NÃO CUMPRIDO** o disposto no **art. 35, § 2º, inciso III, do ADCT**.

A Lei Orçamentária Anual, para o orçamento fiscal, estimou a receita em R\$ 7.061.952,90 e fixou a despesa em R\$ 7.061.952,90.

## **A.1.2 - Realização de Audiências Públicas**

### **A.1.2.1 - Plano Plurianual - PPA**

O parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prescreve que a Administração Municipal deverá realizar audiências públicas para elaboração e discussão do Projeto do Plano Plurianual.

Assim, tendo como local de divulgação Mural Público, a audiência foi realizada no dia 7/7/2005, nas dependências da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FREI ROGÉRIO, **EM CUMPRIMENTO** ao disposto no ordenamento acima.

### **A.1.2.2 - Diretrizes Orçamentárias - LDO**

O parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prescreve que a Administração Municipal deverá realizar audiências públicas para elaboração e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim, tendo como local de divulgação o Jornal de Circulação Regional, a audiência foi realizada no dia 6/9/2006, nas dependências da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, **EM CUMPRIMENTO** ao disposto no ordenamento acima.

### **A.1.2.3 - Orçamento Anual - (Fiscal e Seguridade Social) - LOA**

O parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prescreve que a Administração Municipal deverá realizar audiências públicas para elaboração e discussão do Projeto da Lei Orçamentária Anual.

Assim, tendo como local de divulgação Jornal de Circulação Regional, a audiência foi realizada no dia 6/9/2006, nas dependências da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, **EM CUMPRIMENTO** ao disposto no ordenamento acima.

### A.1.3 - Orçamento Fiscal

O Orçamento Fiscal do Município, aprovado pela Lei nº 690 , de 13/12/2006, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 7.061.952,90**, para o exercício em exame.

A dotação “Reserva de Contingência” foi orçada em **R\$ 94.100,94**, que corresponde a **1,33 %** do orçamento.

#### A.1.3.1 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Os créditos autorizados podem ser assim demonstrados:

| <b>Créditos Orçamentários</b>    | <b>Valor (R\$)</b>  |
|----------------------------------|---------------------|
| <b>Créditos Orçamentários</b>    | <b>7.061.952,90</b> |
| Ordinários                       | 6.967.851,96        |
| Reserva de Contingência          | 94.100,94           |
|                                  |                     |
| <b>(+) Créditos Adicionais</b>   | <b>1.950.425,92</b> |
| Suplementares                    | 1.809.648,28        |
| Especiais                        | 140.777,64          |
|                                  |                     |
| <b>(-) Anulações de Créditos</b> | <b>1.524.386,93</b> |
| Orçamentários/Suplementares      | 1.524.386,93        |
|                                  |                     |
| <b>(=) Créditos Autorizados</b>  | <b>7.487.991,89</b> |

Como recursos para abertura de Créditos Adicionais, foram utilizados os seguintes:

| <b>Recursos para abertura de créditos adicionais</b> | <b>Valor (R\$)</b>  | <b>%</b>      |
|--|---------------------|---------------|
| Recursos de Excesso de Arrecadação                   | 153.472,48          | 7,87          |
| Recursos de Anulação de Créditos Ordinários          | 1.524.386,93        | 78,16         |
| Superávit Financeiro                                 | 220.566,51          | 11,31         |
| Convênios  | 52.000,00           | 2,67          |
| <b>T O T A L</b>                                     | <b>1.950.425,92</b> | <b>100,00</b> |

Os créditos adicionais abertos no exercício examinado atingiram o montante de **R\$ 1.950.425,92**, equivalendo a **27,62%** do total orçado. Daqueles créditos, os suplementares representam **92,78%**, os especiais **7,22%** e os extraordinários **0,00%**.

As anulações de dotações efetuadas foram da ordem de **R\$ 1.524.386,93**, equivalendo a **21,59%** das dotações iniciais do orçamento.

## A.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### A.2.1 - Apuração do Resultado Orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

|                                    | Previsão/Autorização | Execução         | Diferenças   |
|------------------------------------|----------------------|------------------|--------------|
| RECEITA                            | 7.061.952,90         | 7.007.057,99     | (54.894,91)  |
| DESPESA                            | 7.487.991,89         | 6.968.071,09     | (519.920,80) |
| Superávit de Execução Orçamentária |                      | <b>38.986,90</b> | <b>0,00</b>  |

Fonte: Balanço Orçamentário

Considerando o Orçamento Centralizado (Prefeitura Municipal) e o conjunto do orçamento das demais Unidades tem-se a seguinte execução orçamentária:

|                           | EXECUÇÃO            |
|---------------------------|---------------------|
| <b>RECEITAS</b>           |                     |
| Da Prefeitura             | 4.999.752,83        |
| Das Demais Unidades       | 2.007.305,16        |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS</b> | <b>7.007.057,99</b> |
| <b>DESPESAS</b>           |                     |
| Da Prefeitura             | 5.001.586,86        |
| Das Demais Unidades       | 1.966.484,23        |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b> | <b>6.968.071,09</b> |

|                  |                  |
|------------------|------------------|
| <b>SUPERÁVIT</b> | <b>38.986,90</b> |
|------------------|------------------|

**Obs.:** Na apuração da Receita tanto da Prefeitura como das Demais Unidades foram consideradas as Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas, conforme dados do Balanço Financeiro - Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 da Unidade Prefeitura Municipal.

### Resultado Consolidado

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou no **Superávit** de execução orçamentária da ordem de **R\$ 38.986,90**, correspondendo a **0,56%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado **Superávit** de **R\$ 38.986,90** é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, **Déficit** de **R\$ 1.834,03** e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais **Superávit** de **R\$ 40.820,93**.

## **Impacto do Resultado da Execução Orçamentária da Prefeitura no Orçamento Consolidado**

O Orçamento Centralizado (Prefeitura Municipal) teve como resultado o **Déficit** de execução orçamentária de **R\$ 1.834,03**, face ao confronto da Receita Arrecadada de **R\$ 4.999.752,83** (ajustada pela dedução das transferências financeiras líquidas realizadas de **R\$ 1.650.092,65**), e a Despesa Realizada **R\$ 5.001.586,86**, totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 253.226,58).

O **Déficit** de execução orçamentária em questão corresponde a **0,03 %** da Receita Arrecadada do Município.

Dessa forma, conclui-se que o Resultado da Execução Orçamentária da Prefeitura **R\$ 1.834,03**, interferiu Negativamente no Resultado da Execução Orçamentária do Município.

**A Prefeitura está sendo financiada pelas demais unidades gestoras municipais, mas o orçamento do Município é superavitário**

| UNIDADES        | RESULTADO | VALORES R\$ |
|-----------------|-----------|-------------|
| PREFEITURA      | DÉFICIT   | 1.834,03    |
| DEMAIS UNIDADES | SUPERÁVIT | 40.820,93   |
| TOTAL           | SUPERÁVIT | 38.986,90   |

O resultado do orçamento consolidado, **Superávit** de **R\$ 38.986,90** deu-se em razão do resultado **negativo** do orçamento centralizado (Prefeitura Municipal), **Déficit** de **R\$ 1.834,03**, sendo  **aumentado** face ao desempenho **positivo** em conjunto das demais unidades gestoras municipais, **Superávit** de **R\$ 40.820,93**.

### **A.2.2 - Receita**

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 7.007.057,99**, equivalendo a

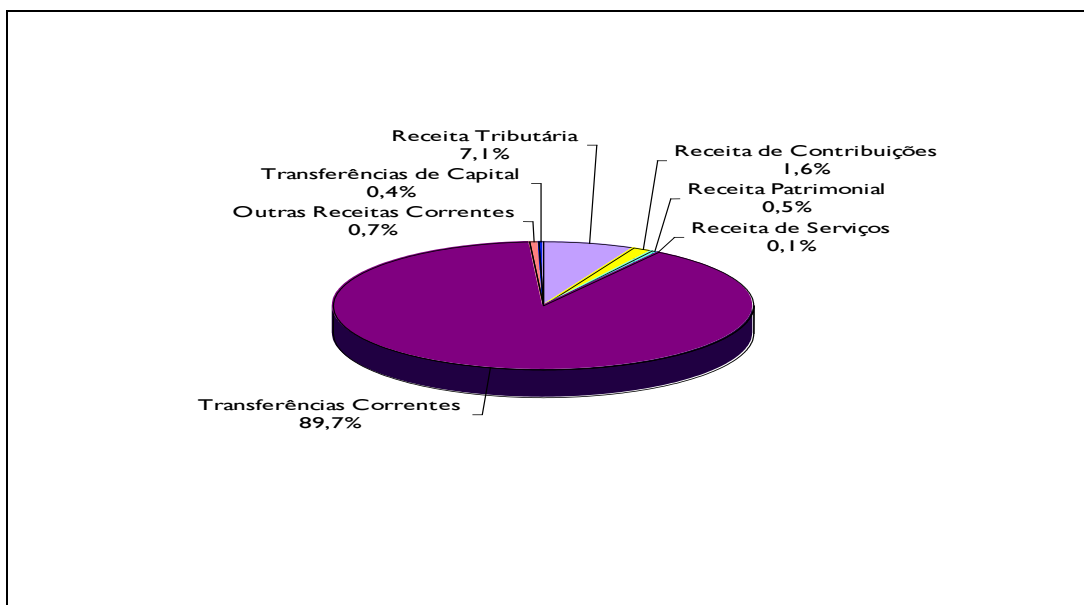
% da receita orçada. **99,22**

### A.2.2.1 - Receita por Subcategoria Econômica

As receitas por subcategoria econômica e a participação absoluta e relativa de cada uma delas no montante da receita arrecadada, são assim demonstradas:

| RECEITA POR SUBCATEGORIA ECONÔMICA | 2005                |               | 2006                |               | 2007                |               |
|------------------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
|                                    | Valor (R\$)         | %             | Valor (R\$)         | %             | Valor (R\$)         | %             |
| Receita Tributária                 | 326.912,69          | 5,37          | 312.525,35          | 4,66          | 498.313,52          | 7,11          |
| Receita de Contribuições           | 24.019,71           | 0,39          | 99.679,50           | 1,49          | 110.498,78          | 1,58          |
| Receita Patrimonial                | 67.205,89           | 1,10          | 61.396,04           | 0,92          | 32.291,33           | 0,46          |
| Receita de Serviços                | 10.125,29           | 0,17          | 8.664,67            | 0,13          | 7.310,53            | 0,10          |
| Transferências Correntes           | 5.401.613,92        | 88,78         | 6.167.389,28        | 91,95         | 6.286.738,63        | 89,72         |
| Outras Receitas Correntes          | 18.690,20           | 0,31          | 55.159,43           | 0,82          | 46.905,20           | 0,67          |
| Alienação de Bens                  | 26.500,00           | 0,44          | 2.850,00            | 0,04          | 0,00                | 0,00          |
| Transferências de Capital          | 209.000,00          | 3,44          | 0,00                | 0,00          | 25.000,00           | 0,36          |
| <b>TOTAL DA RECEITA ARRECADADA</b> | <b>6.084.067,70</b> | <b>100,00</b> | <b>6.707.664,27</b> | <b>100,00</b> | <b>7.007.057,99</b> | <b>100,00</b> |

### Participação Relativa da Receita por SubCategoria Econômica na Receita Arrecadada - 2007





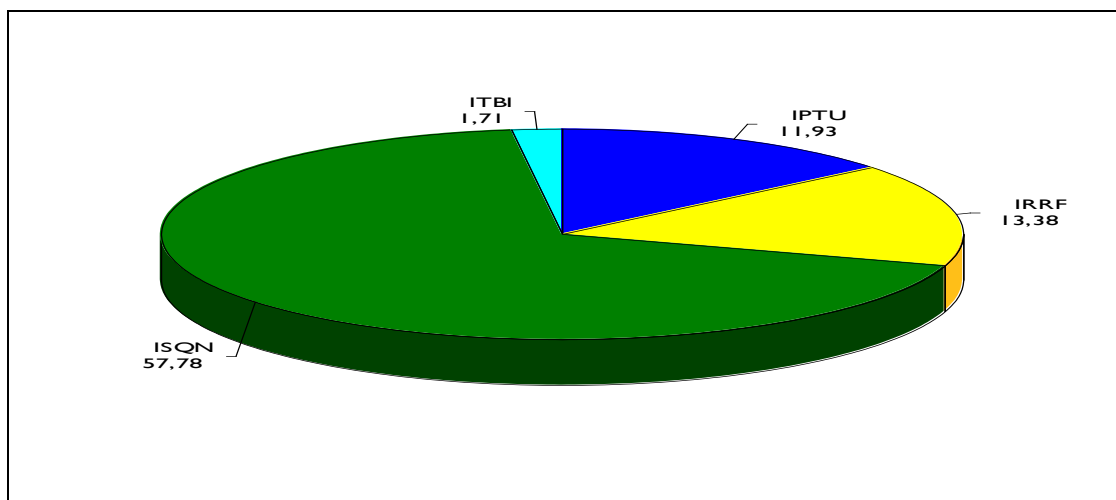
### A.2.2.2 - Receita Tributária

A receita tributária compreende os ingressos financeiros oriundos dos tributos de competência do próprio município.

#### Quadro Demonstrativo da Receita Tributária

| RECEITA TRIBUTÁRIA                 | 2005              |               | 2006              |               | 2007              |               |
|------------------------------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
|                                    | Valor (R\$)       | %             | Valor (R\$)       | %             | Valor (R\$)       | %             |
| Receita de Impostos                | 302.614,37        | 92,57         | 269.756,97        | 86,32         | 422.546,20        | 84,80         |
| IPTU                               | 58.190,49         | 17,80         | 62.227,21         | 19,91         | 59.430,36         | 11,93         |
| IRRF                               | 36.772,02         | 11,25         | 52.223,04         | 16,71         | 66.660,30         | 13,38         |
| ISQN                               | 189.583,66        | 57,99         | 134.610,71        | 43,07         | 287.918,39        | 57,78         |
| ITBI                               | 18.068,20         | 5,53          | 20.696,01         | 6,62          | 8.537,15          | 1,71          |
| Taxas                              | 12.353,04         | 3,78          | 18.100,04         | 5,79          | 52.916,29         | 10,62         |
| Contribuições de Melhoria          | 11.945,28         | 3,65          | 24.668,34         | 7,89          | 22.851,03         | 4,59          |
| <b>TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA</b> | <b>326.912,69</b> | <b>100,00</b> | <b>312.525,35</b> | <b>100,00</b> | <b>498.313,52</b> | <b>100,00</b> |

#### Participação Relativa dos Impostos na Receita Tributária - 2007



### A.2.2.3 - Receita de Contribuições

As receitas de contribuições compreendem o somatório das receitas de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas.

#### Quadro Demonstrativo da Receita de Contribuições

| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES   | 2007                |               |
|--|---------------------|---------------|
|  | Valor (R\$)         | %             |
| Contribuições Sociais  | 0,00                | 0,00          |
| Contribuições Econômicas   | 110.498,78          | 1,58          |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | 110.498,78          | 1,58          |
| Outras Contribuições Econômicas                                      | 0,00                | 0,00          |
| <b>Total da Receita de Contribuições</b>                             | <b>110.498,78</b>   | <b>1,58</b>   |
| <b>TOTAL DA RECEITA ARRECADADA</b>                                   | <b>7.007.057,99</b> | <b>100,00</b> |

#### A.2.2.4 - Receita de Transferências

A receita de transferências é constituída pelos recursos financeiros recebidos de outras Pessoas de Direito Público, basicamente dos governos Federal e Estadual, e de Pessoas de Direito Privado.

#### Quadro Demonstrativo da Receita de Transferências

| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS  | 2005                |              | 2006                |              | 2007                |              |
|--|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
|  | Valor (R\$)         | %            | Valor (R\$)         | %            | Valor (R\$)         | %            |
| <b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>  | <b>5.401.613,92</b> | <b>88,78</b> | <b>6.167.389,28</b> | <b>91,95</b> | <b>6.286.738,63</b> | <b>89,72</b> |
| <b>Transferências Correntes da União</b>   | <b>2.503.205,32</b> | <b>41,14</b> | <b>2.650.983,44</b> | <b>39,52</b> | <b>3.182.750,29</b> | <b>45,42</b> |
| Cota-Parte do FPM  | 2.455.997,44        | 40,37        | 2.723.373,56        | 40,60        | 3.283.024,76        | 46,85        |
| (-) Dedução de Receita para formação do FUNDEB - FPM                                       | (368.399,06)        | (6,06)       | (408.505,50)        | (6,09)       | (604.919,35)        | (8,63)       |
| Cota do ITR  | 26.355,48           | 0,43         | 31.995,75           | 0,48         | 31.231,87           | 0,45         |
| (-) Dedução do Imposto Territorial Rural para formação do FUNDEB - ITR                     | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | (1.986,65)          | (0,03)       |
| Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. N.º 87/96                            | 52.382,88           | 0,86         | 32.795,29           | 0,49         | 28.747,68           | 0,41         |
| (-) Dedução de Receita para Formação do Fundeb - ICMS Desoneração - L.C. N.º 87/96         | (7.857,36)          | (0,13)       | (4.919,28)          | (0,07)       | (6.632,29)          | (0,09)       |
| Transferências de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais              | 27.627,66           | 0,45         | 34.812,48           | 0,52         | 33.972,16           | 0,48         |
| Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo (União) | 150.147,67          | 2,47         | 0,00                | 0,00         | 209.368,19          | 2,99         |
| Transferência de Recursos do FNAS  | 40.579,20           | 0,67         | 79.214,10           | 1,18         | 57.854,65           | 0,83         |
| Transferências de Recursos do FNDE   | 90.099,28           | 1,48         | 104.609,29          | 1,56         | 97.923,63           | 1,40         |
| Demais Transferências da União   | 36.272,13           | 0,60         | 57.607,75           | 0,86         | 0,00                | 0,00         |
| Outras Transferências da União   | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | 54.165,64           | 0,77         |
| <b>Transferências Correntes do Estado</b>  | <b>2.359.375,72</b> | <b>38,78</b> | <b>2.687.685,63</b> | <b>40,07</b> | <b>2.407.514,98</b> | <b>34,36</b> |
| Cota-Parte do ICMS   | 2.575.914,67        | 42,34        | 2.931.905,36        | 43,71        | 2.605.330,89        | 37,18        |
| (-) Dedução de Receita para formação do Fundeb - ICMS                                      | (386.386,91)        | (6,35)       | (439.785,52)        | (6,56)       | (434.974,74)        | (6,21)       |
| Cota-Parte do IPVA   | 49.885,06           | 0,82         | 60.044,16           | 0,90         | 70.960,08           | 1,01         |
| (-) Dedução do IPVA para formação do FUNDEB - IPVA   | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | (3.910,33)          | (0,06)       |
| Cota-Parte do IPI sobre Exportação   | 89.812,58           | 1,48         | 102.071,80          | 1,52         | 108.067,10          | 1,54         |
| (-) Dedução de Receita para formação do Fundeb - IPI s/ Exportação                         | (13.472,05)         | (0,22)       | (15.310,75)         | (0,23)       | (16.210,14)         | (0,23)       |
| Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                      | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | 21.481,76           | 0,31         |
| Outras Transferências do Estado  | 23.698,60           | 0,39         | 27.337,84           | 0,41         | 23.381,11           | 0,33         |
| Transferências de Recursos do Estado para Programa de Saúde - Repasse Fundo a Fundo        | 19.923,77           | 0,33         | 21.422,74           | 0,32         | 33.389,25           | 0,48         |

|  |                     |               |                     |               |                     |               |
|--|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
|  |                     |               |                     |               |                     |               |
| <b>Transferências dos Municípios</b>                                   | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>153.444,92</b>   | <b>2,29</b>   | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   |
| Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (Município) | 0,00                | 0,00          | 153.444,92          | 2,29          | 0,00                | 0,00          |
|  |                     |               |                     |               |                     |               |
| <b>Transferências Multigovernamentais</b>                              | <b>493.030,88</b>   | <b>8,10</b>   | <b>525.599,09</b>   | <b>7,84</b>   | <b>640.303,36</b>   | <b>9,14</b>   |
| Transferências de Recursos do Fundeb                                   | 493.030,88          | 8,10          | 525.599,09          | 7,84          | 640.303,36          | 9,14          |
|  |                     |               |                     |               |                     |               |
| <b>Transferências de Instituições Privadas</b>                         | <b>7.000,00</b>     | <b>0,12</b>   | <b>10.000,00</b>    | <b>0,15</b>   | <b>4.900,00</b>     | <b>0,07</b>   |
|  |                     |               |                     |               |                     |               |
| <b>Transferências de Pessoas</b>                                       | <b>23.900,00</b>    | <b>0,39</b>   | <b>645,00</b>       | <b>0,01</b>   | <b>1.270,00</b>     | <b>0,02</b>   |
|  |                     |               |                     |               |                     |               |
| <b>Transferências de Convênios</b>                                     | <b>15.102,00</b>    | <b>0,25</b>   | <b>139.031,20</b>   | <b>2,07</b>   | <b>50.000,00</b>    | <b>0,71</b>   |
|  |                     |               |                     |               |                     |               |
| <b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>                                       | <b>209.000,00</b>   | <b>3,44</b>   | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>25.000,00</b>    | <b>0,36</b>   |
|  |                     |               |                     |               |                     |               |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS</b>                            | <b>5.610.613,92</b> | <b>92,22</b>  | <b>6.167.389,28</b> | <b>91,95</b>  | <b>6.311.738,63</b> | <b>90,08</b>  |
|  |                     |               |                     |               |                     |               |
| <b>TOTAL DA RECEITA ARRECADADA</b>                                     | <b>6.084.067,70</b> | <b>100,00</b> | <b>6.707.664,27</b> | <b>100,00</b> | <b>7.007.057,99</b> | <b>100,00</b> |

### A.2.2.5 - Receita de Dívida Ativa

### A.2.2.5 - Receita de Dívida Ativa

A dívida ativa origina-se dos créditos da fazenda pública lançados e não arrecadados até a data de seus vencimentos. A arrecadação a título de dívida ativa, no exercício em exame, foi da ordem de **R\$ 22.161,65**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro Demonstrativo da Receita de Dívida Ativa**

| RECEITA DÍVIDA ATIVA                    | 2005             |               | 2006             |               | 2007             |               |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
|   | Valor (R\$)      | %             | Valor (R\$)      | %             | Valor (R\$)      | %             |
| Receita da Dívida Ativa Tributária      | 12.424,61        | 100,00        | 18.055,07        | 100,00        | 22.161,65        | 100,00        |
| Receita da Dívida Ativa Não Tributária  | 0,00             | 0,00          | 0,00             | 0,00          | 0,00             | 0,00          |
| <b>TOTAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA</b> | <b>12.424,61</b> | <b>100,00</b> | <b>18.055,07</b> | <b>100,00</b> | <b>22.161,65</b> | <b>100,00</b> |

### A.2.2.6 - Receita de Operações de Crédito

Durante o exercício não houve operações dessa natureza.

### A.2.3 - Despesas

A despesa orçamentária é aquela realizada pela administração pública para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, para a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, devidamente autorizada por lei.

A despesa realizada no exercício em exame do Município atingiu o montante de **R\$ 6.968.071,09** equivalendo a **93,06** da despesa autorizada.

FraseDespesa2FraseDespesaAjustada

#### A.2.3.1 - Despesas Empenhadas por Função de Governo

As despesas por função de governo e as participações absoluta e relativa, de cada uma delas no montante da despesa empenhada, são assim demonstradas:

| DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO     | 2005                |               | 2006                |               | 2007                |               |
|-----------------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
|                                   | Valor (R\$)         | %             | Valor (R\$)         | %             | Valor (R\$)         | %             |
| 01-Legislativa                    | 221.141,72          | 3,97          | 261.998,48          | 3,83          | 303.997,71          | 4,36          |
| 04-Administração                  | 934.181,00          | 16,79         | 957.287,77          | 14,01         | 1.092.528,22        | 15,68         |
| 06-Segurança Pública              | 19.965,20           | 0,36          | 27.758,29           | 0,41          | 28.716,57           | 0,41          |
| 08-Assistência Social             | 157.113,75          | 2,82          | 109.695,12          | 1,60          | 172.616,58          | 2,48          |
| 09-Previdência Social             | 27.852,63           | 0,50          | 51.078,55           | 0,75          | 33.360,00           | 0,48          |
| 10-Saúde                          | 1.242.225,11        | 22,32         | 1.644.165,96        | 24,06         | 1.845.090,44        | 26,48         |
| 12-Educação                       | 1.474.371,83        | 26,50         | 1.649.465,83        | 24,13         | 1.719.706,83        | 24,68         |
| 13-Cultura                        | 1.155,19            | 0,02          | 11.675,20           | 0,17          | 8.585,40            | 0,12          |
| 15-Urbanismo                      | 977.626,36          | 17,57         | 1.123.133,39        | 16,43         | 932.032,05          | 13,38         |
| 16-Habitação                      | 33.653,34           | 0,60          | 323.210,15          | 4,73          | 173.972,94          | 2,50          |
| 17-Saneamento                     | 71.406,78           | 1,28          | 167.309,36          | 2,45          | 79.612,22           | 1,14          |
| 18-Gestão Ambiental               | 60.056,52           | 1,08          | 30.590,00           | 0,45          | 76.887,00           | 1,10          |
| 20-Agricultura                    | 156.487,41          | 2,81          | 161.171,30          | 2,36          | 246.986,53          | 3,54          |
| 22-Indústria                      | 0,00                | 0,00          | 0,00                | 0,00          | 12.720,77           | 0,18          |
| 24-Comunicações                   | 7.431,11            | 0,13          | 21.389,42           | 0,31          | 7.967,62            | 0,11          |
| 25-Energia                        | 27.964,10           | 0,50          | 83.464,20           | 1,22          | 63.524,42           | 0,91          |
| 27-Desporto e Lazer               | 42.209,64           | 0,76          | 111.154,02          | 1,63          | 104.564,71          | 1,50          |
| 28-Encargos Especiais             | 109.628,92          | 1,97          | 100.229,83          | 1,47          | 65.201,08           | 0,94          |
| <b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b> | <b>5.564.470,61</b> | <b>100,00</b> | <b>6.834.776,87</b> | <b>100,00</b> | <b>6.968.071,09</b> | <b>100,00</b> |

### A.2.3.2 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas por Elemento segundo os Grupos de Natureza de Despesa

As despesas empenhadas por elementos são assim demonstradas:

| DESPESA POR ELEMENTOS  | 2005                |              | 2006                |              | 2007                |              |
|--|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
|  | Valor (R\$)         | %            | Valor (R\$)         | %            | Valor (R\$)         | %            |
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>  | <b>4.486.991,42</b> | <b>80,64</b> | <b>5.665.532,25</b> | <b>82,89</b> | <b>6.256.910,56</b> | <b>89,79</b> |
| <b>Pessoal e Encargos</b>  | <b>2.179.582,10</b> | <b>39,17</b> | <b>2.592.642,24</b> | <b>37,93</b> | <b>3.097.119,11</b> | <b>44,45</b> |
| Aposentadorias e Reformas  | 21.867,21           | 0,39         | 27.187,79           | 0,40         | 27.222,05           | 0,39         |
| Pensões  | 4.788,14            | 0,09         | 3.060,32            | 0,04         | 5.164,32            | 0,07         |
| Contratação por Tempo Determinado                                    | 141.703,34          | 2,55         | 234.711,25          | 3,43         | 278.906,43          | 4,00         |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil                        | 1.637.825,99        | 29,43        | 1.902.207,80        | 27,83        | 1.991.581,70        | 28,58        |
| Obrigações Patronais   | 367.646,62          | 6,61         | 424.435,08          | 6,21         | 490.501,17          | 7,04         |
| Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil                            | 5.750,80            | 0,10         | 1.040,00            | 0,02         | 27.207,45           | 0,39         |
| Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | 276.535,99          | 3,97         |
| <b>Juros e Encargos da Dívida</b>                                    | <b>8.113,59</b>     | <b>0,15</b>  | <b>5.373,16</b>     | <b>0,08</b>  | <b>0,00</b>         | <b>0,00</b>  |
| Juros sobre a Dívida por Contrato                                    | 0,00                | 0,00         | 5.373,16            | 0,08         | 0,00                | 0,00         |
| Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato                          | 8.113,59            | 0,15         | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         |
| Outras Despesas Correntes  | <b>2.299.295,73</b> | <b>41,32</b> | <b>3.067.516,85</b> | <b>44,88</b> | <b>3.159.791,45</b> | <b>45,35</b> |
| Aposentadorias e Reformas  | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | 30,00               | 0,00         |
| Contratação por Tempo Determinado                                    | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | 4.988,12            | 0,07         |
| Diárias - Civil  | 53.029,58           | 0,95         | 62.511,31           | 0,91         | 85.080,42           | 1,22         |
| Auxílio Financeiro a Estudantes                                      | 89.663,55           | 1,61         | 66.567,05           | 0,97         | 83.569,65           | 1,20         |
| Material de Consumo  | 1.140.645,85        | 20,50        | 1.519.330,98        | 22,23        | 1.537.733,37        | 22,07        |
| Material de Distribuição Gratuita                                    | 0,00                | 0,00         | 1.575,75            | 0,02         | 0,00                | 0,00         |
| Serviços de Consultoria  | 0,00                | 0,00         | 914,95              | 0,01         | 0,00                | 0,00         |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física                         | 89.989,69           | 1,62         | 175.962,86          | 2,57         | 139.980,26          | 2,01         |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica                       | 664.642,23          | 11,94        | 1.069.754,66        | 15,65        | 1.074.139,81        | 15,42        |
| Contribuições  | 154.522,02          | 2,78         | 85.640,32           | 1,25         | 161.318,13          | 2,32         |
| Subvenções Sociais   | 39.893,69           | 0,72         | 43.136,68           | 0,63         | 52.200,00           | 0,75         |
| Obrigações Tributárias e Contributivas                               | 52.609,12           | 0,95         | 37.772,29           | 0,55         | 20.292,00           | 0,29         |
| Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas                        | 14.300,00           | 0,26         | 4.350,00            | 0,06         | 0,00                | 0,00         |
| Indenizações e Restituições  | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | 459,69              | 0,01         |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>   | <b>1.077.479,19</b> | <b>19,36</b> | <b>1.169.244,62</b> | <b>17,11</b> | <b>711.160,53</b>   | <b>10,21</b> |
| <b>Investimentos</b>   | <b>975.963,86</b>   | <b>17,54</b> | <b>1.074.387,95</b> | <b>15,72</b> | <b>645.959,45</b>   | <b>9,27</b>  |
| Material de Consumo  | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | 49.723,51           | 0,71         |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica                       | 0,00                | 0,00         | 0,00                | 0,00         | 2.624,78            | 0,04         |
| Obras e Instalações  | 489.731,16          | 8,80         | 694.380,60          | 10,16        | 332.464,89          | 4,77         |
| Equipamentos e Material Permanente                                   | 476.232,70          | 8,56         | 380.007,35          | 5,56         | 246.146,27          | 3,53         |
| Aquisição de Imóveis   | 10.000,00           | 0,18         | 0,00                | 0,00         | 15.000,00           | 0,22         |

|  |                     |               |                     |               |                     |               |
|--|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| <b>Amortização da Dívida</b>             | <b>101.515,33</b>   | <b>1,82</b>   | <b>94.856,67</b>    | <b>1,39</b>   | <b>65.201,08</b>    | <b>0,94</b>   |
| Principal da Dívida Contratual Resgatado | 101.515,33          | 1,82          | 94.856,67           | 1,39          | 65.201,08           | 0,94          |
|  |                     |               |                     |               |                     |               |
| <b>Total da Despesa Empenhada</b>        | <b>5.564.470,61</b> | <b>100,00</b> | <b>6.834.776,87</b> | <b>100,00</b> | <b>6.968.071,09</b> | <b>100,00</b> |



### A.3 - ANÁLISE FINANCEIRA

#### A.3.1 - Movimentação Financeira

O fluxo financeiro do Município no exercício foi o seguinte:

| <b>Fluxo Financeiro</b>                        | <b>Valor (R\$)</b>  |
|--|---------------------|
| <b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>             | <b>511.846,15</b>   |
| Bancos Conta Movimento                         | 160.037,11          |
| Vinculado em Conta Corrente Bancária           | 351.809,04          |
|  |                     |
| <b>(+) ENTRADAS</b>                            | <b>9.619.814,40</b> |
| Receita Orçamentária                           | 7.007.057,99        |
| Extraorçamentárias                             | 2.612.756,41        |
| Realizável                                     | 308.000,00          |
| Restos a Pagar                                 | 163.696,48          |
| Depósitos de Diversas Origens                  | 425.766,20          |
| Serviço da Dívida a Pagar                      | 65.201,08           |
| Transferências Financeiras Recebidas - entrada | 1.650.092,65        |
|  |                     |
| <b>(-) SAÍDAS</b>                              | <b>9.468.370,89</b> |
| Despesa Orçamentária                           | 6.968.071,09        |
| Extraorçamentárias                             | 2.500.299,80        |
| Realizável                                     | 308.000,00          |
| Restos a Pagar                                 | 50.533,75           |
| Depósitos de Diversas Origens                  | 427.563,28          |
| Serviço da Dívida a Pagar                      | 64.110,12           |
| Transferências Financeiras Concedidas - Saída  | 1.650.092,65        |
|  |                     |
| <b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>         | <b>663.289,66</b>   |
| Banco Conta Movimento                          | 141.931,15          |
| Vinculado em Conta Corrente Bancária           | 521.358,51          |

Fonte: Balanço Financeiro

**OBS.:** Por sua vez, as disponibilidades financeiras da Unidade Prefeitura Municipal apresentaram-se da seguinte forma:

| <b>Disponibilidades</b>   | <b>Valor (R\$)</b> |
|---------------------------|--------------------|
| Bancos c/ Movimento       | 112.315            |
| Vinculado em C/C Bancária | 307.182            |
| <b>TOTAL</b>              | <b>419.498</b>     |

## A.4 - Análise Patrimonial

### A.4.1 - Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município no início e no fim do exercício está assim demonstrada:

| Situação Patrimonial       | Início de 2007      |               | Final de 2007       |               |
|----------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
|                            | Valor (R\$)         | %             | Valor (R\$)         | %             |
| <b>Ativo Financeiro</b>    | <b>511.846,15</b>   | <b>12,83</b>  | <b>663.289,66</b>   | <b>14,85</b>  |
| Disponível                 | 160.037,11          | 4,01          | 141.931,15          | 3,18          |
| Vinculado                  | 351.809,04          | 8,82          | 521.358,51          | 11,67         |
| <b>Ativo Permanente</b>    | <b>3.477.194,33</b> | <b>87,17</b>  | <b>3.803.454,67</b> | <b>85,15</b>  |
| Bens Móveis                | 2.024.509,63        | 50,75         | 2.166.507,24        | 48,50         |
| Bens Imóveis               | 1.314.350,84        | 32,95         | 1.416.759,20        | 31,72         |
| Créditos                   | 138.333,86          | 3,47          | 220.188,23          | 4,93          |
| <b>Ativo Real</b>          | <b>3.989.040,48</b> | <b>100,00</b> | <b>4.466.744,33</b> | <b>100,00</b> |
| <b>ATIVO TOTAL</b>         | <b>3.989.040,48</b> | <b>100,00</b> | <b>4.466.744,33</b> | <b>100,00</b> |
| <b>Passivo Financeiro</b>  | <b>55.752,26</b>    | <b>1,40</b>   | <b>168.208,87</b>   | <b>3,77</b>   |
| Restos a Pagar             | 50.533,75           | 1,27          | 163.696,48          | 3,66          |
| Depósitos Diversas Origens | 5.218,51            | 0,13          | 3.421,43            | 0,08          |
| Serviços da Dívida a Pagar | 0,00                | 0,00          | 1.090,96            | 0,02          |
| <b>Passivo Permanente</b>  | <b>663.861,28</b>   | <b>16,64</b>  | <b>644.331,76</b>   | <b>14,43</b>  |
| Dívida Fundada             | 663.861,28          | 16,64         | 644.331,76          | 14,43         |
| <b>Passivo Real</b>        | <b>719.613,54</b>   | <b>18,04</b>  | <b>812.540,63</b>   | <b>18,19</b>  |
| <b>Ativo Real Líquido</b>  | <b>3.269.426,94</b> | <b>81,96</b>  | <b>3.654.203,70</b> | <b>81,81</b>  |
| <b>PASSIVO TOTAL</b>       | <b>3.989.040,48</b> | <b>100,00</b> | <b>4.466.744,33</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Balanço Patrimonial

**OBS.:** O Passivo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal apresentou como saldo final o montante de **R\$ 168.105,69**, distribuído da seguinte forma:

| <b>PASSIVO FINANCEIRO</b>      | <b>Valor (R\$)</b> |
|--------------------------------|--------------------|
| Restos a Pagar Processados     | 2.118              |
| Restos a Pagar não Processados | 161.578            |
| Depósitos de Diversas Origens  | 3.318              |

|                            |                |
|----------------------------|----------------|
| Serviços da Dívida a Pagar | 1.090          |
| <b>TOTAL</b>               | <b>168.105</b> |

## A.4.2 - Variação do Patrimônio Financeiro

### A.4.2.1 - Variação do Patrimônio Financeiro Consolidado

A variação do patrimônio financeiro do Município é assim demonstrada:

| <b>Grupo Patrimonial</b>     | <b>Saldo inicial</b> | <b>Saldo final</b> | <b>Variação</b> |
|------------------------------|----------------------|--------------------|-----------------|
| Ativo Financeiro             | 511.846,15           | 663.289,66         | 151.443,51      |
| Passivo Financeiro           | 55.752,26            | 168.208,87         | (112.456,61)    |
| Saldo Patrimonial Financeiro | 456.093,89           | 495.080,79         | 38.986,90       |

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em **Superávit Financeiro** de **R\$ 495.080,79** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos existentes, o Município possui **R\$ 0,25** de dívida a curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 38.986,90**, passando de um superávit financeiro de **R\$ 456.093,89** para um superávit financeiro de **R\$ 495.080,79**.

**OBS.:** Confrontando-se o Ativo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal (**R\$ 419.498,24**) com seu Passivo Financeiro (**R\$ 168.105,69**), apurou-se um **Superávit Financeiro** de **R\$ 251.392,55** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos existentes, a Prefeitura Municipal possui **R\$ 0,40** de dívida a curto prazo.

#### A.4.3 - Variação Patrimonial

Variação patrimonial é qualquer alteração sofrida pelo patrimônio, resultante ou independente da execução orçamentária.

O quadro abaixo demonstra as variações ocorridas no patrimônio do Município, no período analisado:

| <b>VARIAÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
| Receita Efetiva                                       | 6.984.896,34       |
| Receita Orçamentária                                  | 7.007.057,99       |
| (-) Mutações Patrimoniais da Receita                  | 22.161,65          |
| Despesa Efetiva                                       | 6.603.315,38       |
| Despesa Orçamentária                                  | 6.968.071,09       |
| (-) Mutações Patrimoniais da Despesa                  | 364.755,71         |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</b>   | <b>381.580,96</b>  |

| <b>VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
| Variações Ativas  | 1.765.276,56       |
| (-) Variações Passivas                                  | 1.762.080,76       |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL-IEO</b>                        | <b>3.195,80</b>    |

| <b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>                 | <b>Valor (R\$)</b>  |
|--|---------------------|
| Resultado Patrimonial da Gestão Orçamentária | 381.580,96          |
| (+)Resultado Patrimonial-IEO                 | 3.195,80            |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>    | <b>384.776,76</b>   |
| <b>SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO</b> | <b>Valor (R\$)</b>  |
| Ativo Real Líquido do Exercício Anterior     | 3.269.426,94        |
| (+)Resultado Patrimonial do Exercício        | 384.776,76          |
| <b>SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO</b> | <b>3.654.203,70</b> |

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

## A.4.4 - Demonstração da Dívida Pública

### A.4.4.1 - Dívida Consolidada

Denomina-se dívida consolidada as obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos que representem compromissos assumidos, cujo resgate ultrapasse doze meses.

No exercício, a dívida consolidada do Município teve a seguinte movimentação:

| MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA     |                   |                   |
|--|-------------------|-------------------|
|  | MUNICÍPIO         | PREFEITURA        |
| <b>Saldo do Exercício Anterior</b>     | <b>663.861,28</b> | <b>663.861,28</b> |
| (-) Amortização (Dívida Fundada)       | 65.201,08         | 65.201,08         |
| (+) Correção (Débitos Consolidados)    | 45.671,56         | 45.671,56         |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b> | <b>644.331,76</b> | <b>644.331,76</b> |

A evolução da dívida consolidada, considerando o Balanço Consolidado do Município nos últimos três anos, e a sua relação com a receita arrecadada em cada exercício são assim demonstradas:

| Saldo da Dívida Consolidada | 2005       |       | 2006       |      | 2007       |      |
|-----------------------------|------------|-------|------------|------|------------|------|
|                             | Valor(R\$) | %     | Valor(R\$) | %    | Valor(R\$) | %    |
| Saldo                       | 775.413,34 | 12,74 | 663.861,28 | 9,90 | 644.331,76 | 9,20 |

#### A.4.4.2 - Dívida Flutuante

Designa-se dívida flutuante aquela contraída pelo tesouro, por um período inferior a doze meses, quer na condição de administrador de bens de terceiros, confiados a sua guarda, quer para atender as momentâneas necessidades de caixa.

No exercício, a dívida flutuante do Município teve a seguinte movimentação:

| <b>MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
| <b>Saldo do Exercício Anterior</b>      | <b>55.752,26</b>   |
| (+) Formação da Dívida                  | 654.663,76         |
| (-) Baixa da Dívida                     | 542.207,15         |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>  | <b>168.208,87</b>  |

A evolução da dívida flutuante, nos últimos três anos, e a sua relação com o ativo financeiro em cada exercício são assim demonstradas:

| <b>Saldo da Dívida Flutuante</b> | <b>2005</b>       |          | <b>2006</b>       |          | <b>2007</b>       |          |
|----------------------------------|-------------------|----------|-------------------|----------|-------------------|----------|
|                                  | <b>Valor(R\$)</b> | <b>%</b> | <b>Valor(R\$)</b> | <b>%</b> | <b>Valor(R\$)</b> | <b>%</b> |
| Saldo                            | 216.842,84        | 27,1     | 55.752,26         | 10,89    | 168.208,87        | 25,36    |

#### A.4.5 - Comportamento da Dívida Ativa

No exercício, a Dívida Ativa do Município teve a seguinte movimentação:

| <b>MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA</b>    | <b>Valor (R\$)</b> |
|--|--------------------|
| <b>Saldo do Exercício Anterior</b>     | <b>138.333,86</b>  |
| (+) Inscrição                          | 115.183,91         |
| (-) Cobrança no Exercício              | 22.161,65          |
| (-) Cancelamento no Exercício          | 11.167,89          |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b> | <b>220.188,23</b>  |

## **A.5 - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS/ LEGAIS**

A Legislação estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal e remuneração de agentes políticos.

A seguir, analisar-se-á o cumprimento destes limites pelo Município.

| <b>A - RECEITAS COM IMPOSTOS (INCLUÍDAS AS TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS)</b>            | <b>Valor (R\$)</b>  | <b>%</b>      |
|---|---------------------|---------------|
| Imposto Predial e Territorial Urbano  | 59.430,36           | 0,90          |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza   | 287.918,39          | 4,38          |
| Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza                                | 66.660,30           | 1,01          |
| Imposto s/Transmissão inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis | 8.537,15            | 0,13          |
| Cota do ICMS  | 2.605.330,89        | 39,66         |
| Cota-Parte do IPVA  | 70.960,08           | 1,08          |
| Cota-Parte do IPI sobre Exportação  | 108.067,10          | 1,65          |
| Cota-Parte do FPM   | 3.283.024,76        | 49,98         |
| Cota do ITR   | 31.231,87           | 0,48          |
| Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. N.º 87/96                       | 28.747,68           | 0,44          |
| Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos                                       | 19.111,09           | 0,29          |
|   |                     |               |
| <b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>  | <b>6.569.019,67</b> | <b>100,00</b> |

| <b>B - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b> | <b>Valor (R\$)</b>  |
|---|---------------------|
| Receitas Correntes Arrecadadas                                    | 8.050.691,49        |
| (-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB                  | 1.068.633,50        |
|   |                     |
|   |                     |
| <b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>                          | <b>6.982.057,99</b> |



**A.5.1 - Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

| <b>C - DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
| Educação Infantil (12.365)                | 36.608,51          |
|   |                    |
|   |                    |

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>TOTAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL</b> | <b>36.608,51</b> |
|---|------------------|

| <b>D - DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|--|--------------------|
|--|--------------------|

|  |                     |
|--|---------------------|
| Ensino Fundamental (12.361)                      | 1.518.430,93        |
|  |                     |
|  |                     |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL</b> | <b>1.518.430,93</b> |

| <b>E - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|--|--------------------|
|--|--------------------|

| <b>F - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
|--|--------------------|
| Despesas com recursos de convênios destinados ao Ensino Fundamental (valores obtidos no Anexo 02 -fls. 04 a 06 do processo)<br>- Transf de recursos do FDNE: R\$ 73.899,51<br>- Outras transf. transporte escolar: R\$ 23.381,11 | 97.280,62          |
| Despesas classificadas impropriamente em programas de Ensino Fundamental (dados coletados do sistema e-sfinge, relacionados no *Anexo I do presente Relatório)   | 34.765,75          |
|  |                    |
| <b>TOTAL DAS DEDUÇÕES COM ENSINO FUNDAMENTAL</b>   | <b>132.046,37</b>  |



**A.5.1.1 - Aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos (artigo 212 da CF)**

| <b>Componente</b>  | <b>Valor (R\$)</b>  | <b>%</b>     |
|--|---------------------|--------------|
| Total das Despesas com Educação Infantil (Quadro C)              | 36.608,51           | 0,56         |
| (+) Total das Despesas com Ensino Fundamental (Quadro D)         | 1.518.430,93        | 23,12        |
| (-) Total das Deduções com Ensino Fundamental (Quadro F)         | 132.046,37          | 2,01         |
| (+) Despesas com Educação sem Identificação do Nível de Ensino   | 6.000,00            | 0,09         |
| (+) Perda com FUNDEB (Retorno menor que o Repasse)               | 428.330,14          | 6,52         |
| (-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos do FUNDEB | 2.592,44            | 0,04         |
|  |                     |              |
| <b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>                 | <b>1.854.730,77</b> | <b>28,23</b> |
|  |                     |              |
| Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos (Quadro A)         | 1.642.254,92        | 25,00        |
|  |                     |              |
| <b>Valor acima do Limite (25%)</b>                               | <b>212.475,85</b>   | <b>3,23</b>  |

O demonstrativo acima evidencia que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.854.730,77** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **28,23%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado a maior o valor de **R\$ 212.475,85**, representando **3,23%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o expresso no artigo 212 da Constituição Federal

**A.5.1.2 - Aplicação do percentual mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (art. 22 da Lei nº 11.494/2007)**

| <b>Componente</b>   | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
| Transferências do FUNDEB  | 640.303,36         |
| (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB (informação remetida pelo Município via documental -fl. 640 do processo)   | 2.592,44           |
| <b>60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>  | <b>385.737,48</b>  |
| <b>Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efet. Exerc. Pagos c/Recursos do FUNDEB (informação remetida pelo Município via documental -fl. 640 do processo)</b> | <b>483.283,12</b>  |
| <b>Valor Acima do Limite (60 % do FUNDEB c/Profissionais do Magistério)</b>   | <b>97.545,64</b>   |

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 483.283,12**, equivalendo a **75,17%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

**A.5.1.3 - Aplicação do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica (art. 21 da Lei nº 11.494/2007)**

| <b>Componente</b>   | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
| Transferências do FUNDEB  | 640.303,36         |
| (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB (informação remetida via documental pelo Município -fl. 640 do processo)   | 2.592,44           |
| <b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>  | <b>642.895,80</b>  |
| <b>95% dos Recursos do FUNDEB</b>   | <b>610.751,01</b>  |
| Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira<br>- Cálculo realizado da seguinte forma:<br>(+)saldo bancário inicial da conta FUNDEB: R\$ 59.777,72 (fl. 640)<br>(+) repasse FUNDEB/Anexo 02: R\$ 640.303,36 (fl. 05)<br>(+) rendimentos cta FUNDEB : R\$ 2.592,44 (fl. 640)<br>(-) saldo bancário final da cta FUNDEB: R\$ 134.254,17 (fl. 593) | 568.419,35         |
| <b>Valor Abaixo do Limite (95% do FUNDEB com manutenção e desenvolvimento da educação básica)</b>   | <b>42.331,66</b>   |

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 568.419,35**, equivalendo a **88,42%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Desta forma constitui-se a seguinte restrição:

**- Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, no valor de R\$ 568.419,35, representando 88,42% dos recursos oriundos do FUNDEB (R\$ 642.895,80), quando o percentual constitucional de 95% representaria despesas da ordem de R\$ 610.751,01, configurando portanto, aplicação a menor de R\$ 42.331,66 em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.**

**A.5.2 - Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT)**

| <b>G - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>                    | <b>Valor (R\$)</b>  |
|---|---------------------|
| Atenção Básica (10.301)   | 1.744.896,52        |
| Vigilância Sanitária (10.304)   | 1.452,40            |
| Vigilância Epidemiológica (10.305)  | 10.846,60           |
| Administração Geral (10.122)  | 36.772,13           |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO</b> | <b>1.793.967,65</b> |

| <b>H - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
|--|--------------------|
| Despesas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde : (valores obtidos no Anexo 02 -fls. 04 a 06 do processo)<br>- transf. de recursos do SUS: R\$ 209.368,19<br>- transf. recursos do estado p/programas saúde: R\$ 33.389,25 | 242.757,44         |
| Despesa Classificadas ImproPRIAMENTE em Programas de Saúde (dados coletados do sistema e-sfinge, relacionados no *Anexo II do presente Relatório)  | 4.713,20           |
| <b>TOTAL DAS DEDUÇÕES COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO</b>  | <b>247.470,64</b>  |

**DEMONSTRATIVO PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 198  
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ARTIGO 77 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES  
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT**

| <b>Componente</b>  | <b>Valor (R\$)</b>  | <b>%</b>          |
|--|---------------------|-------------------|
| Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Quadro G)     | 1.793.967,65        | 27,3<br>1         |
| (-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Quadro H) | 247.470,64          | 3,77              |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DO CÁLCULO</b>                         | <b>1.546.497,01</b> | <b>23,5<br/>4</b> |
| <b>VALOR MÍNIMO A SER APLICADO</b>                                       | <b>985.352,95</b>   | <b>15,0<br/>0</b> |
| <b>VALOR ACIMA DO LIMITE</b>   | <b>561.144,06</b>   | <b>8,54</b>       |

artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 1.546.497,01**, correspondendo a um percentual de **23,54%** da receita com impostos, inclusive transferências, ficando evidenciado que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

**A.5.3 - Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000)**

| <b>I - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO</b>       | <b>Valor (R\$)</b>  |
|--|---------------------|
| Pessoal e Encargos                                       | 2.893.221,03        |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO</b> | <b>2.893.221,03</b> |

| <b>J - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO</b>       | <b>Valor (R\$)</b> |
|--|--------------------|
| Pessoal e Encargos   | 203.898,08         |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO</b> | <b>203.898,08</b>  |

| <b>L - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
|---|--------------------|

| <b>M - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
|---|--------------------|

**A.5.3.1 - Limite máximo de 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município (Prefeitura, Câmara, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000**

| <b>Componente</b>  | <b>Valor (R\$)</b>  | <b>%</b>     |
|--|---------------------|--------------|
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  | 6.982.057,99        | 100,00       |
| LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  | 4.189.234,79        | 60,00        |
| Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo                                  | 2.893.221,03        | 41,44        |
| Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo                                | 203.898,08          | 2,92         |
| <b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b> | <b>3.097.119,11</b> | <b>44,36</b> |
| VALOR ABAIXO DO LIMITE DE 60%  | 1.092.115,68        | 15,64        |



O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Município aplicou **44,36%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentada pela Lei Complementar nº 101/2000.

**A.5.3.2 - Limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, “b” da Lei Complementar nº 101/2000**

| <b>Componente</b>  | <b>Valor (R\$)</b>  | <b>%</b>     |
|--|---------------------|--------------|
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  | 6.982.057,99        | 100,00       |
| LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  | 3.770.311,31        | 54,00        |
| Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo  | 2.893.221,03        | 41,44        |
| <b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b> | <b>2.893.221,03</b> | <b>41,44</b> |
| VALOR ABAIXO DO LIMITE   | 877.090,28          | 12,56        |

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo aplicou **41,44%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

**A.5.3.3 - Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº 101/2000**

| <b>Componente</b>  | <b>Valor (R\$)</b> | <b>%</b>    |
|--|--------------------|-------------|
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  | 6.982.057,99       | 100,00      |
| LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA   | 418.923,48         | 6,00        |
| Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo  | 203.898,08         | 2,92        |
| <b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b> | <b>203.898,08</b>  | <b>2,92</b> |
| VALOR ABAIXO DO LIMITE   | 215.025,40         | 3,08        |

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Legislativo aplicou **2,92%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

#### A.5.4 - Verificação dos Limites Legais do Poder Legislativo

##### A.5.4.1 - Remuneração Máxima dos Vereadores de 20 a 75% daquela estabelecida para os Deputados Estaduais (artigo 29, inciso VI da CF)

| MÊS       | REMUNERAÇÃO DE VEREADOR | REMUNERAÇÃO DE DEPUTADO ESTADUAL | %    |
|-----------|-------------------------|----------------------------------|------|
| JANEIRO   | 960,68                  | 11.885,41                        | 8,08 |
| FEVEREIRO | 960,68                  | 11.885,41                        | 8,08 |
| MARÇO     | 960,68                  | 11.885,41                        | 8,08 |
| ABRIL     | 989,50                  | 14.634,07                        | 6,76 |
| MAIO      | 989,50                  | 14.634,07                        | 6,76 |
| JUNHO     | 989,50                  | 14.634,07                        | 6,76 |
| JULHO     | 989,50                  | 14.634,07                        | 6,76 |
| AGOSTO    | 989,50                  | 14.634,07                        | 6,76 |
| SETEMBRO  | 989,50                  | 14.634,07                        | 6,76 |
| OUTUBRO   | 989,50                  | 14.634,07                        | 6,76 |
| NOVEMBRO  | 989,50                  | 14.634,07                        | 6,76 |
| DEZEMBRO  | 989,50                  | 14.634,07                        | 6,76 |

A remuneração dos vereadores não ultrapassou o limite de **20,00%** (referente aos seus 3.668 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE - estimativa de 2006) da remuneração dos Deputados Estaduais, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal.

**A.5.4.2 - Limite máximo de 5% da receita do Município para a remuneração total dos vereadores (artigo 29, inciso VII da CF)**

| RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO | REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES | %    |
|----------------------------|----------------------------------|------|
| 7.007.057,99               | 129.287,60                       | 1,85 |

Obs.: Informação conforme fl. 533 dos autos.

O montante gasto com a remuneração dos vereadores no exercício foi da ordem de **R\$ 129.287,60**, representando **1,85%** da receita total do Município ( **R\$ 7.007.057,99**). Desta forma, fica evidenciado o **CUMPRIMENTO** do estabelecido no artigo 29, VII da Constituição Federal.

**A.5.4.3 - Limite máximo de 5 a 8% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da CF, efetivamente realizada no exercício anterior, para o total da despesa do Poder Legislativo, excluindo-se os inativos (artigo 29-A da CF)**

| RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR               | Valor (R\$)  | %      |
|--|--------------|--------|
| Receita Tributária   | 330.580,42   | 5,24   |
| Transferências Constitucionais (§ 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da C.F.)           | 5.882.185,92 | 93,18  |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP do exercício anterior | 99.679,50    | 1,58   |
| Total da Receita Tributária e de Transferências Constitucionais                            | 6.312.445,84 | 100,00 |
| Despesa Total do Poder Legislativo   | 303.997,71   | 4,82   |
| Total das despesas para efeito de cálculo  | 303.997,71   | 4,82   |
| Valor Máximo a ser Aplicado  | 504.995,67   | 8,00   |
| Valor Abaixo do Limite   | 200.997,96   | 3,18   |

O montante da despesa do Poder Legislativo foi da ordem de **R\$ 303.997,71**, representando **4,82%** da receita tributária do Município, e das transferências previstas no § 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da CF, arrecadadas no exercício de 2006 (**R\$ 6.312.445,84**). Desta forma, fica evidenciado que o Poder Legislativo **CUMPRIU** o limite de **8,00%** (referente aos seus 3.668 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE - estimativa de 2006), conforme estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal.

**A.5.4.4 - Limite máximo de 70% da receita da Câmara para o total da despesa relativa a folha de pagamento, inclusive dos vereadores (artigo 29-A, § 1º, da CF)**

| <b>RECEITA DO PODER LEGISLATIVO</b> | <b>DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO</b> | <b>%</b> |
|-------------------------------------|---------------------------------------|----------|
| 308.000,00                          | 175.214,06                            | 56,89    |

O montante da despesa com folha de pagamento foi da ordem de **R\$ 175.214,06**, representando **56,89%** da receita total do Poder (**R\$ 308.000,00**). Desta forma, fica evidenciado que o Poder Legislativo **CUMPRIU** o estabelecido no artigo 29-A, § 1º da Constituição Federal.

Ressalta-se que o Tribunal de Contas entendeu, conforme decisão no Processo nº CON 01/01918283, parecer nº 674/01, que a “Receita do Poder Legislativo” é aquela consignada no orçamento municipal para as dotações destinadas à Câmara, considerando as alterações orçamentárias efetuadas; ou o valor do limite estabelecido no *caput* do artigo 29-A da Constituição Federal (5 a 8% da receita tributária e de transferências do exercício anterior), face ao disposto no parágrafo 2º deste dispositivo, que remete ao Prefeito Municipal crime de responsabilidade, caso efetue repasse a maior do que o limite estabelecido. Desta forma, utiliza-se, dos dois parâmetros, o menor valor como base de cálculo para verificação do limite estabelecido no parágrafo 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

## A.6. DA GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

Na análise dos dados de gestão fiscal informados pela Prefeitura, através do Sistema e-Sfinge, consoante dispõe o artigo 26 da Lei Orgânica do TCE e o § 5º do artigo 27 do Regimento Interno (Resolução nº TC-06/2001), ressaltou-se o que segue:

### A.6.1 - Metas realizadas em relação às previstas

**A.6.1.1 - Meta Fiscal de resultado nominal prevista na LDO em conformidade com a L.C. nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º**

| Período           | Prevista na LDO - R\$ | Realizada no Exercício R\$ | Diferença R\$ |
|-------------------|-----------------------|----------------------------|---------------|
| Exercício de 2007 | (10.000,00)           | 0,00                       | 10.000,00     |

O Poder Executivo não informou a Meta Fiscal do Resultado Nominal através do Sistema e-Sfinge, **em descumprimento** a Instrução Normativa nº 04/2004, alterado pela Instrução Normativa 01/2005, deste Tribunal de Contas, prejudicando a análise quanto ao cumprimento da meta prevista na LDO.

**A.6.1.2 - Meta Fiscal de resultado primário prevista na LDO em conformidade com a L.C. nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º**

| Período           | Prevista na LDO - R\$ | Realizada no Exercício R\$ | Diferença R\$ |
|-------------------|-----------------------|----------------------------|---------------|
| Exercício de 2007 | (52.441,76)           | 0,00                       | 52.441,76     |

O Poder Executivo não informou a Meta Fiscal do Resultado Primário através do Sistema e-Sfinge, **em descumprimento** a Instrução Normativa nº 04/2004, alterado pela Instrução Normativa 01/2005, deste Tribunal de Contas, prejudicando a análise quanto ao cumprimento da meta prevista na LDO.

Diante do exposto, fica caracterizada a seguinte restrição:

**- Ausência de remessa através do sistema e-sfinge da previsão da Meta Fiscal do Resultado Nominal e Primário em descumprimento a Instrução Normativa nº 04/2004, alterado pela Instrução Normativa 01/2005, deste Tribunal de Contas, prejudicando a análise quanto ao cumprimento das metas previstas na LDO.**



**A.6.2 - Metas Bimestrais de Arrecadação - L.C. nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 8º c/c arts. 9º e 13º**

| <b>Período</b>    | <b>Prevista na LDO - R\$</b> | <b>Realizada no Exercício R\$</b> | <b>Diferença R\$</b> |
|-------------------|------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Até o 1º Bimestre | 1.176.991,92                 | 1.125.543,43                      | (51.448,49)          |
| Até o 2º Bimestre | 2.353.983,84                 | 2.226.135,84                      | (127.848,00)         |
| Até o 3º Bimestre | 3.530.975,76                 | 3.458.740,61                      | (72.235,15)          |
| Até o 4º Bimestre | 4.707.967,68                 | 4.515.734,04                      | (192.233,64)         |
| Até o 5º Bimestre | 5.884.959,60                 | 5.676.541,31                      | (208.418,29)         |
| Até o 6º Bimestre | 7.061.952,90                 | 7.007.057,99                      | (54.894,91)          |

A meta fiscal da receita prevista até 6º bimestre/2007 **não foi alcançada, sujeitando** por esta razão, o Município a estabelecer limitação de empenho e movimentação financeira, conforme dispõe o artigo 9º da LRF.

## A.7. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle.

Na Constituição Federal de 1988, as regras que estabelecem a competência do Sistema de Controle Interno, no plano federal, estão insculpidas no *caput* do artigo 70, que dispõe:

**“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”** (grifo nosso).

No caso dos Municípios, respeitando sua autonomia deferida pelo texto Constitucional, o Sistema de Controle Interno está previsto no artigo 31, porém, a cargo do Poder Executivo.

**“Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei”** (grifo nosso).

A partir do exercício de 2000, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante dispositivos previstos no artigo 59, impõe que a fiscalização da gestão fiscal se faça através do sistema de controle interno, exigindo o acompanhamento concomitante da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública, determinando inclusive o atingimento de metas estabelecidas pelo sistema de planejamento e a obediência de condições e limites de despesas e controle de dívidas.

Em simetria à Carta Constitucional de 1988, a Constituição Estadual define a forma de controle e fiscalização da Administração Pública nos artigos 58 a 62 e, especificamente para os municípios, o controle via Sistema de Controle Interno está previsto no artigo 113.

**“Art.113—A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública municipal, quanto a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas, é exercida:**



**I- pela Câmara Municipal, mediante controle externo;**

**II-pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.**” (grifo nosso).

A obrigatoriedade da implantação do Sistema de Controle Interno também está regulada no artigo 119 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, com nova redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 246/2003, de 09 de junho de 2003, o que deveria ocorrer até o final do exercício de 2003.

**"Art. 119 - A organização do sistema de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado e, no que couber, dos Municípios deve ocorrer até o final do exercício de 2003."**

Por força do artigo 31 da Constituição Federal de 1988, a implementação do Sistema de Controle Interno no âmbito municipal deve ser consoante lei de iniciativa do Poder Executivo.

É imperativo que a lei instituidora do Sistema de Controle Interno regule a forma de controle a ser realizado abrangendo todas as atividades e serviços desenvolvidos, toda a estrutura administrativa, assim como todos os seus setores e agentes.

O Município de Ponte Alta do Norte instituiu o Sistema de Controle Interno através da Lei Municipal nº 16/2003, de 16/12/2003, portanto, dentro do prazo previsto no art. 119 da Lei Complementar 202/2000.

Para ocupar o cargo do responsável pelo órgão central de controle interno, foi nomeado através da Portaria nº 040/2004, em 01/06/2004, o Sr. Jocimar Afonso Coelho, ocupante de cargo efetivo.

A partir do exercício de 2005, a obrigatoriedade da remessa do Relatório de Controle Interno, passou a ser bimestral, coincidindo a distribuição dos meses que compõem esses períodos com o exercício financeiro, conforme disposto no art. 2º, parágrafo 5º da Resolução TC nº - 11/2004, de 06/12/2004, que alterou o art. 5º e respectivos parágrafos, da Resolução nº TC -16/94.

Verificou-se que o Município de Ponte Alta do Norte encaminhou os relatórios de controle interno referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, cumprindo o disposto no art. 5º da Res. nº TC - 16/94, com nova redação dada pela Resolução nº TC - 11/2004.

Na análise preliminar efetuada nos Relatórios remetidos, não foram verificadas irregularidades ou ilegalidades levantadas pelo Órgão de Controle Interno, com referência a execução do orçamento e dos registros contábeis, bem como com relação aos atos e fatos da administração municipal.



## B - OUTRAS RESTRIÇÕES

### B.1 - ANÁLISE DOS ATOS DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (DADOS REMETIDOS PELO SISTEMA E-SFINGE)

Em verificação aos atos de Alteração Orçamentária do Município, remetidos via Sistema e-Sfinge (fls. 607 a 637, dos autos), evidenciou-se a abertura de créditos adicionais durante todo o exercício em questão, no qual foram selecionados para análise os seguintes atos:

| N.º do Ato | N.º Lei                | Esp. /Extr. | Suplem.    | Anulação   |
|------------|------------------------|-------------|------------|------------|
| 921/07     | 690/2006               |             | 23.808,77  |            |
| 923/07     | 690/2006               |             | 30.000,00  |            |
| 927/07     | 698/2007               |             | 146.025,56 |            |
| 930/07     | 713/2007               |             | 145.750,00 | 145.750,00 |
| 939/07     | Lei Orgânica Municipal | 130.000,00  |            | 78.000,00  |
| 941/07     | Lei Orgânica Municipal |             | 653.533,16 | 653.533,16 |
| 946/01     | Lei Orgânica Municipal |             | 169.667,61 | 169.667,61 |
| 951/07     | 690/2006               |             | 9.954,54   |            |
| 954/07     | 690/2006               | 10.777,64   |            |            |
| 955/07     | Lei Orgânica Municipal |             | 361.536,16 | 361.536,16 |
| 960/07     | 690/2006               |             | 107.900,00 | 107.900,00 |
| 961/07     | 690/2006               |             | 8.000,00   | 8.000,00   |
| 962/07     | 690/2006               |             | 153.472,48 |            |

Da análise procedida nos atos acima, evidenciou-se as seguintes irregularidades:

**B.1.1 - Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por conta de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa específica, em desacordo com o disposto no artigo 167, VI da CF/88.**

O Município abriu Créditos Adicionais Suplementares, nos Decretos nº 941/2007, 946/2007 e 955/2007, utilizando para isso os recursos da anulação parcial/total de dotações orçamentárias. Contudo, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, foi realizada com base na Lei Orgânica do Município, em desacordo com o disposto no artigo 167, VI, da Constituição Federal.

**B.1.2 - Abertura de Crédito Especial, no montante de R\$ 140.777,64, sem Lei Autorizativa Específica, em desacordo com o disposto no art. 167, V c/c artigo 165, § 8º da CF/88**

O Município abriu Crédito Especial, no montante de R\$ 140.777,64, (Decreto nº 939/2007 de R\$ 130.000,00 e Decreto nº 954/2007 de R\$ 10.777,64), autorizados pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Orçamentária nº 690/2006, respectivamente, sem Lei Específica, em desacordo com o disposto no art. 167, V c/c artigo 165, § 8º da CF/88:

**“Art. 167. São Vedados:**

...

**V - a abertura de créditos suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;**

...”

**"Art 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:**

...

**§ 8º. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei".**

**B.2 - Pagamento indevido e reajuste dos subsídios de agentes políticos do Executivo municipal - Prefeito e Vice-Prefeito, através de Lei de iniciativa do Poder Executivo, sem atender ao disposto nos arts. 29, V c/c art. 39, § 4º e art. 37, X, da Constituição Federal e art. 111, VI da Constituição Estadual, repercutindo em pagamento a maior no montante de R\$ 10.875,48 (R\$ 7.211,55 - Prefeito e R\$ 3.663,93- Vice-Prefeito)**

Por meio da análise ao Sistema e-sfinge, constatou-se que foi pago subsídio aos agentes políticos do Executivo Municipal, mais especificamente, ao Prefeito e Vice-Prefeito, nos valores mensais de R\$ 4.386,37(Prefeito), e R\$ 2.197,93 (Vice-Prefeito), nos meses de janeiro a março de 2007 e R\$ 4.517,96 (Prefeito) e R\$ 2.263,86 (Vice-Prefeito), nos meses de abril a dezembro de 2007.

O ato fixador dos subsídios para a legislatura 2005 a 2008, Lei Municipal nº 577/2004, de 24/06/2004, dispôs que o subsídio do Prefeito é de R\$ 3.884,10 (três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e dez centavos) e para o Vice-Prefeito, de R\$ 1.942,05 (hum mil, novecentos e quarenta e dois reais e cinco centavos).

No exercício de 2005, houve a concessão de reajuste dos subsídios, por meio da Lei Municipal nº 601/2005, que deu 8% de aumento ao Prefeito e Vice-Prefeito, bem como no exercício de 2006, houve também a concessão de reajuste dos subsídios, por meio da Lei nº 655/2006, que deu 4,56 % de aumento ao Prefeito e de 4,79% ao Vice-Prefeito, de forma irregular, pois não se adequam as regras da Revisão Geral Anual, não indicando o ÍNDICE oficial utilizado tampouco o PERÍODO a que se refere. Destes reajustes concedidos em 2005 e 2006 decorreram pagamentos no exercício em análise/2007.

No exercício de 2007, a Unidade apresentou cópia da Lei Municipal nº708/2007, também de iniciativa do Poder Executivo, que trata da concessão de

reajuste de 3% a todos os servidores públicos do Município, e na esteira desta Lei, foi também concedido aos agentes políticos.

Entende-se que a referida Lei concedeu reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, que não se confunde com a revisão geral, ou seja, a recomposição de perdas do poder aquisitivo decorrente do processo inflacionário em determinado período, pois não indica Índice Oficial utilizado tampouco o período a que se refere.

Portanto, em se tratando de reajuste, e a Lei ter sido de iniciativa do Poder Executivo, somente aos servidores municipais poderia ser concedido e não aos agentes políticos.

Com relação ao Prefeito e Vice-Prefeito, o art. 29, V da Constituição Federal, bem como o art. 111, VI da Constituição Estadual, estabelecem:

**“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do Respectivo Estado e os seguintes preceitos: (EC nº 1/92, EC nº 16/97, EC nº 19/98 e EC nº 25/2000)**

(...)

**V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.**

**Art. 111 - Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos Constituição Federal e nesta Constituição, e os seguintes preceitos:**

(...)

**VI - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o disposto no art. 29, V da Constituição Federal;”**

Resta claro, portanto, que o reajuste não deveria ser aplicado ao Prefeito e Vice-Prefeito, caracterizando o descumprimento aos artigos 29, V c/c 39, § 4º e 37, inciso X, da Constituição Federal e artigo 111, VI da Constituição Estadual, devendo os valores recebidos indevidamente, serem ressarcidos aos cofres públicos.

Segue demonstração da apuração dos valores percebidos indevidamente em 2007, conforme informações constante nos autos, fls. 599/600 e 655/656:

| LAERTES ANTÔNIO BORELLA - Prefeito Municipal |                  |                    |        |
|--|------------------|--------------------|--------|
| PERÍODO                                      | VALOR PAGO (R\$) | VALOR DEVIDO (R\$) | PAGO A |

|              |                  |                  | <b>MAIOR (R\$)</b> |
|--------------|------------------|------------------|--------------------|
| Janeiro      | 4.386,37         | 3.884,10         | 502,27             |
| Fevereiro    | 4.386,37         | 3.884,10         | 502,27             |
| Março        | 4.386,37         | 3.884,10         | 502,27             |
| Abril        | 4.517,96         | 3.884,10         | 633,86             |
| Maio         | 4.517,96         | 3.884,10         | 633,86             |
| Junho        | 4.517,96         | 3.884,10         | 633,86             |
| Julho        | 4.517,96         | 3.884,10         | 633,86             |
| Agosto       | 4.517,96         | 3.884,10         | 633,86             |
| Setembro     | 4.517,96         | 3.884,10         | 633,86             |
| Outubro      | 4.517,96         | 3.884,10         | 633,86             |
| Novembro     | 4.517,96         | 3.884,10         | 633,86             |
| Dezembro     | 4.517,96         | 3.884,10         | 633,86             |
| 13º salário  | 0,00             | 0,00             | 0,00               |
| <b>Total</b> | <b>53.820,75</b> | <b>46.609,20</b> | <b>7.211,55</b>    |

| <b>Valmir da Leve Rodrigues - Vice-Prefeito Municipal</b> |                         |                           |                           |
|---|-------------------------|---------------------------|---------------------------|
| <b>PERÍODO</b>  | <b>VALOR PAGO (R\$)</b> | <b>VALOR DEVIDO (R\$)</b> | <b>PAGO A MAIOR (R\$)</b> |
| Janeiro   | 2.197,93                | 1.942,05                  | 255,88                    |
| Fevereiro   | 2.197,93                | 1.942,05                  | 255,88                    |
| março   | 2.197,93                | 1.942,05                  | 255,88                    |
| Abril   | 2.263,86                | 1.942,05                  | 321,81                    |
| Maio  | 2.263,86                | 1.942,05                  | 321,81                    |
| Junho   | 2.263,86                | 1.942,05                  | 321,81                    |
| Julho   | 2.263,86                | 1.942,05                  | 321,81                    |
| Agosto  | 2.263,86                | 1.942,05                  | 321,81                    |
| Setembro  | 2.263,86                | 1.942,05                  | 321,81                    |
| Outubro   | 2.263,86                | 1.942,05                  | 321,81                    |
| Novembro  | 2.263,86                | 1.942,05                  | 321,81                    |
| Dezembro  | 2.263,86                | 1.942,05                  | 321,81                    |
| 13º Salário   | 0,00                    | 0,00                      | 0,00                      |
| <b>TOTAL</b>  | <b>26.968,53</b>        | <b>23.304,60</b>          | <b>3.663,93</b>           |

## CONCLUSÃO

Considerando que a CONSTITUIÇÃO FEDERAL - art. 31, § 1º e § 2º, a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - art. 113 e a Lei Complementar nº 202/2000, de 15/12/2000 (L.O./TC-SC) - arts. 50 e 59, estabeleceram acerca do controle externo das contas de municípios e da competência do Tribunal de Contas para este fim;

Considerando que a apreciação das contas do Prefeito Municipal tomou por base os dados e informações exigidos pelo art. 22 da Res. TC – 16/94 c/c o art. 22 da Instrução Normativa nº 02/2001, bem como, a Instrução Normativa nº 04/2004, art. 3º, I, remetidos bimestralmente por meio eletrônico e Balanço Anual por meio documental, cuja análise foi efetuada por amostragem, conforme técnicas apropriadas de auditoria, que prevêem inclusive a realização de inspeção “in loco”, conforme o caso; e que o exame procedido fundamentou-se em documentação apresentada, de veracidade ideológica apenas presumida, a qual poderá o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que o exame das contas em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos a apreciação deste Tribunal de Contas;

Considerando que o julgamento das contas de gestão do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, a Diretoria de Controle dos Municípios, por sua Divisão de Contas Municipais respectiva, entende que - para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000 - referente **às contas do exercício de 2007 do Município de Ponte Alta do Norte**, consubstanciadas nos dados bimestrais remetidos eletronicamente e no Balanço Geral (da Prefeitura e Consolidado) remetido documentalmente, a vista do exame procedido, apresenta as restrições seguintes:

## **I - DO PODER EXECUTIVO :**

### **I - A. RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL:**

**II.A.1.** Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por conta de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa específica, em desacordo com o disposto no artigo 167, VI da CF/88 (item B.1.1. deste Relatório);

**II.A.2.** Abertura de Crédito Especial, no montante de R\$ 140.777,64, sem Lei Autorizativa Específica, em desacordo com o disposto no art. 167, V c/c artigo 165, § 8º da CF/88 (item B.1.2.);

**II.A.3.** Pagamento indevido e reajuste dos subsídios de agentes políticos do Executivo municipal - Prefeito e Vice-Prefeito, através de Lei de iniciativa do Poder Executivo, sem atender ao disposto nos arts. 29, V c/c art. 39, § 4º e art. 37, X, da Constituição Federal e art. 111, VI da Constituição Estadual, repercutindo em pagamento a maior no montante de R\$ 10.875,48 (R\$7.211,55 - Prefeito e R\$ 3.663,93- Vice-Prefeito) (item B.2.).

### **I - B. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL:**

**I.B.1.** Ausência de remessa através do sistema e-sfinge da previsão da Meta Fiscal do Resultado Nominal e Primário em descumprimento a Instrução Normativa nº 04/2004, alterado pela Instrução Normativa 01/2005, deste Tribunal de Contas, prejudicando a análise quanto ao cumprimento das metas previstas na LDO (item 6.1.);

**I.B.2.** Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, no valor de R\$ 568.419,35, representando 88,42% dos recursos oriundos do FUNDEB (R\$ 642.895,80), quando o percentual constitucional de 95% representaria despesas da ordem de R\$ 610.751,01, configurando portanto, aplicação a menor de R\$ 42.331,66 em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item A.5.1.3.).



Diante das restrições evidenciadas, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir sobre as providências que devam ser tomadas a respeito das restrições remanescentes e, ainda:

I - RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - SOLICITAR à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, do Prefeito Municipal, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

III - RESSALVAR que o processo PCA 08/00100328, relativo à Prestação de Contas do Presidente da Câmara de Vereadores (gestão 2007), encontra-se em tramitação neste Tribunal, pendente de decisão final.

É o Relatório.

DMU/DCM 7 em...../...../.....

**Moema Ribeiro Daux**  
**Auditora Fiscal de Controle Externo**

Visto em ...../...../.....

DE ACORDO  
Em...../...../.....

**Magaly S.S.Schramm**  
**Auditora Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe de Divisão**

**Sônia Endler**  
**Auditora Fiscal de Controle Externo**  
**Inspetoria 3**

## **ANEXOS**

## ANEXO I

### Despesas excluídas do cálculo do ensino por não serem consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino para fins de apuração do limite

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte

**Competência:** 01/2007 à 06/2007

**Função:** =12- Educação

**Subfunção:** =361- Ensino Fundamental

| NE   | Data Empenho | Credor  | Nr. Licitação | Vi. Empenho (R\$) | Histórico   |
|------|--------------|---|---------------|-------------------|---|
| 2685 | 10/10/2007   | AURISTELLA DE MORAES                              |               | 70,00             | DIÁRIA PARA VIDEIRA-SC, PARA PARTICIPAR DE REUNIÃO DO COLEGIADO DA AMARP.   |
| 2873 | 08/11/2007   | AURISTELLA DE MORAES                              |               | 70,00             | DIÁRIA PARA LAGES-SC, PARA REALIZAR REUNIÃO NO CENTRO DE CULTURA PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADOS A EVENTOS.   |
| 2947 | 14/11/2007   | AURISTELLA DE MORAES                              |               | 70,00             | DIÁRIA PARA VIDEIRA-SC, REALIZAR REUNIÃO DO COLEGIADO DA EDUCAÇÃO NA AMARP.   |
| 2948 | 14/11/2007   | CELSO RENATO FRANÇA                               |               | 50,00             | DIÁRIA PARA FLORIANÓPOLIS-SC, PARA REALIZAR TRANSPORTE DE SERVIDORES AO TREINAMENTO DA FECAM SOBRE O NOVO PLANO DE CONTAS DO ESTADO.  |
| 3060 | 14/11/2007   | CELSO RENATO FRANÇA                               |               | 15,00             | DIÁRIA PARA FLORIANÓPOLIS-SC, PARA PARTICIPAR DE TREINAMENTO DA FECAM SOBRE O NOVO PLANO DE CONTAS DO ESTADO. ( COMPLEMENTO AO EMPENHO 2948 )   |
| 2866 | 05/11/2007   | DARCI MACHADO NICOLAICO                           |               | 150,00            | REALIZAR PINTURA DE FAIXAS. (Compra Direta Nº 1806/2007)  |
| 1956 | 30/07/2007   | EUCLIDES ANTONIO FAEDO                            |               | 720,00            | ADQUIRIR 60 KG DE MEL EM SACHÊS PARA ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Compra Direta Nº 1289/2007)  |
| 398  | 19/02/2007   | EVM COM. DE COMPONENTES ELETRICOS LTDA            |               | 24,00             | ADQUIRIR 01 GLOBO 15 X 28 PARA POSTE DE ILUMINAÇÃO. (Compra Direta Nº 284/2007)   |
| 2761 | 23/10/2007   | INESA IND. E COM. MÓVEIS E MAT. DE CONST. LTDA ME | 3/2007        | 1.197,78          | PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 04/07 DE 09/02/2007 PARA ADQUIRIR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E UTENSÍLIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS DAS ÁREAS DE ENSINO, AGRICULTURA, OBRAS, ADMINISTRAÇÃO E REFORMAS DE CASAS POPULARES CONFORME PROGRAMA. (Licitação Nº : 3/2007-PR) |
| 2766 | 29/10/2007   | KI-BOLA MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA                 | 44/2007       | 8.190,10          | ADQUIRIR MATERIAIS ESPORTIVOS PARA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, E PARA MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR DO MUNICÍPIO. (Licitação Nº : 44/2007-CV)   |
| 3134 | 13/12/2007   | KI-BOLA MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA                 | 44/2007       | 6.317,00          | ADQUIRIR MATERIAIS ESPORTIVOS PARA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, E PARA MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR DO MUNICÍPIO. (Licitação Nº : 44/2007-CV)   |
| 453  | 27/02/2007   | LUCIANO DOS SANTOS                                |               | 100,00            | DIÁRIA PARA PIRATUBA-SC, PARA REALIZAR TRANSPORTE DE SERVIDOR PARA REUNIÃO.   |
| 2972 | 14/11/2007   | MARIA DAS GRACAS ALVES DA SILVA                   |               | 70,00             | DIÁRIA PARA VIDEIRA-SC, PARA PARTICIPAR DE REUNIÃO DO COLEGIADO DA AMARP.   |
| 1837 | 16/07/2007   | NUTRIMENTAL S.A IND. E COM. DE ALIMENTOS          | 29/2007       | 2.834,75          | ADQUIRIR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL. (Licitação Nº : 29/2007-PR)  |
| 328  | 09/02/2007   | NUTRIMENTAL S.A IND. E COM. DE ALIMENTOS          | 4/2007        | 2.404,90          | ADQUIRIR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLARES CONVÊNIO FAE, E MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CONVÊNIO FUNDEF E PRÉ-  |

|             |            |                                       |         |          |  |
|-------------|------------|---------------------------------------|---------|----------|--|
|             |            |                                       |         |          | ESCOLAR (Licitação Nº : 4/2007-PR)   |
| <u>2442</u> | 18/09/2007 | ORGEL ALVES PEREIRA - ME              |         | 180,52   | ADQUIRIR MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMANA DA CIDADANIA. (Compra Direta Nº 1537/2007)  |
| <u>2821</u> | 01/11/2007 | PAINEIRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA | 3/2007  | 161,26   | ADQUIRIR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E UTENSÍLIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS DAS ÁREAS DE ENSINO, AGRICULTURA, OBRAS, ADMINISTRAÇÃO E REFORMAS DE CASAS POPULARES CONFORME PROGRAMA. (Licitação Nº : 3/2007-PR)     |
| <u>2823</u> | 01/11/2007 | PAINEIRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA | 3/2007  | 483,76   | ADQUIRIR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E UTENSÍLIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS DAS ÁREAS DE ENSINO, AGRICULTURA, OBRAS, ADMINISTRAÇÃO E REFORMAS DE CASAS POPULARES CONFORME PROGRAMA. (Licitação Nº : 3/2007-PR)     |
| <u>3160</u> | 13/12/2007 | PAINEIRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA | 3/2007  | 911,10   | ADQUIRIR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E UTENSÍLIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS DAS ÁREAS DE ENSINO, AGRICULTURA, OBRAS, ADMINISTRAÇÃO E REFORMAS DE CASAS POPULARES CONFORME PROGRAMA. (Licitação Nº : 3/2007-PR)     |
| <u>2054</u> | 03/08/2007 | REUNIDAS S/A TRANSPORTES COLETIVOS    |         | 1.839,84 | REALIZAR SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS QUE FREQUENTAM UNIVERSIDADES DA REGIÃO. (Compra Direta Nº 1346/2007)  |
| <u>2828</u> | 01/11/2007 | SABOR COLONIAL LTDA                   |         | 193,80   | SERVIÇO DE REFEIÇÕES A GRUPO DE APOIO DURANTE REALIZAÇÃO DE EVENTO DO MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1791/2007)  |
| <u>2645</u> | 10/10/2007 | SALVIANO ROMERO ORTIZ GOMES-ME        | 25/2007 | 901,35   | ADQUIRIR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, E MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL (Licitação Nº : 25/2007-PR)   |
| <u>3074</u> | 26/11/2007 | SALVIANO ROMERO ORTIZ GOMES-ME        | 25/2007 | 187,87   | ADQUIRIR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, E MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL (Licitação Nº : 25/2007-PR)   |
| <u>3075</u> | 26/11/2007 | SALVIANO ROMERO ORTIZ GOMES-ME        | 25/2007 | 1.283,36 | ADQUIRIR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, E MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL (Licitação Nº : 25/2007-PR)   |
| <u>491</u>  | 28/02/2007 | SALVIANO ROMERO ORTIZ GOMES-ME        | 4/2007  | 4.781,97 | ADQUIRIR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLARES CONVÊNIO FAE, E MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CONVÊNIO FUNDEF E PRÉ-ESCOLAR (Licitação Nº : 4/2007-PR) |
| <u>492</u>  | 28/02/2007 | SALVIANO ROMERO ORTIZ GOMES-ME        | 4/2007  | 1.557,39 | ADQUIRIR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLARES CONVÊNIO FAE, E MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CONVÊNIO FUNDEF E PRÉ-ESCOLAR (Licitação Nº : 4/2007-PR) |

**Total Vi. Pago (R\$):** 34.765,75 de 1.516.270,86  
**Total Vi. Liquidado (R\$):** 34.765,75 de 1.518.172,36  
**Total Vi. Empenho (R\$):** 34.765,75 de 1.518.748,11  
**Total de Registros:** 26 de 681

## ANEXO II

### Despesas excluídas do cálculo da saúde por não serem consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde para fins de apuração do limite

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Saúde de Ponte Alta do Norte

**Competência:** 01/2007 à 06/2007

| NE   | Data Empenho | Credor  | Nr. Licitação | Vi. Empenho (R\$) | Histórico  |
|------|--------------|---|---------------|-------------------|--|
| 970  | 19/10/2007   | CLÍNICA DE CARDIOLOGIA PEDIATRICA DE CURITIBA S/C |               | 100,00            | aaaaaaaaaaaa (Compra Direta Nº 599/2007)   |
| 638  | 23/07/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 414,00            | SERVIR REFEIÇÕES A FUNCIONARIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS. (Compra Direta Nº 408/2007)       |
| 748  | 27/08/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 590,00            | SERVIR 100 REFEIÇÕES A FUNCIONARIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS. (Compra Direta Nº 476/2007)   |
| 861  | 26/09/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 464,00            | SERVIR 76 REFEIÇÕES A FUNCIONARIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS. (Compra Direta Nº 526/2007)    |
| 987  | 26/10/2007   |   |               | 500,60            | SERVIR REFEIÇÕES A FUNCIONARIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS. (Compra Direta Nº 610/2007)       |
| 1092 | 27/11/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 252,55            | SERVIR 31 REFEIÇÕES A FUNCIONARIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS. (Compra Direta Nº 670/2007)    |
| 1186 | 17/12/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 110,10            | SERVIR REFEIÇÕES A FUNCIONARIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS. (Compra Direta Nº 720/2007)       |
| 59   | 25/01/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 288,00            | SERVIR 57 REFEIÇÕES A FUNCIONÁRIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS- SC. (Compra Direta Nº 37/2007) |
| 116  | 19/02/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 232,00            | SERVIR 53 REFEIÇÕES A FUNCIONÁRIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS/SC. (Compra Direta Nº 73/2007)  |
| 229  | 26/03/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 394,00            | SERVIR 76 REFEIÇÕES A FUNCIONÁRIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS/SC. (Compra Direta Nº 142/2007) |
| 321  | 20/04/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 351,00            | SERVIR 64 REFEIÇÕES A FUNCIONÁRIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS-SC. (Compra Direta Nº 208/2007) |
| 445  | 21/05/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 504,00            | SERVIR 81 REFEIÇÕES A FUNCIONÁRIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS-SC. (Compra Direta Nº 278/2007) |
| 565  | 27/06/2007   | GILSON LUIZ CARPES ME                             |               | 338,00            | SERVIR 62 REFEIÇÕES A FUNCIONARIOS QUANDO A SERVIÇO EM CURITIBANOS/SC. (Compra Direta Nº 363/2007) |
| 918  | 10/10/2007   | PAN PAPELARIA VARIEDADES E PRESENTES LTDA.        |               | 74,95             | ADQUIRIR MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA REUNIÕES DO CLUBE DE MÃES. (Compra Direta Nº 567/2007)        |
| 102  | 14/02/2007   | SILVANA LUCIA FONTANA                             |               | 100,00            | PELA DESPESA EMPENHADA   |

**Total Vi. Pago (R\$):** 4.613,20 de 1.793.867,65


**Total Vi. Liquidado (R\$):** 4.713,20 de 1.796.173,86

**Total Vi. Empenho (R\$):** 4.713,20 de 1.796.173,86

**Total de Registros:** 15 de 1.219



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

|   |   |
|---|---|
|  <p>TRIBUNAL<br/>DE CONTAS<br/>DE SANTA<br/>CATARINA</p> | <p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b><br/><b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO</b><br/>DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS - DMU</p> |
|---|---|

|                 |   |
|-----------------|---|
| <b>PROCESSO</b> | <b>PCP - 08/00189396</b>  |
| <b>UNIDADE</b>  | Prefeitura Municipal<br>de Ponte Alta do<br>Norte - SC            |
| <b>ASSUNTO</b>  | Prestação de<br>Contas do Prefeito<br>referente ao ano de<br>2007 |

**ÓRGÃO INSTRUTIVO**  
**Parecer - Remessa**

À Senhora Auditora Relatora, ouvida a Douta Procuradoria, submetemos à consideração o Processo em epígrafe.

TC/DMU, em ...../...../.....

**Geraldo José Gomes**  
**Diretor de Controle dos Municípios**